



RELATÓRIO FINAL

Frente Parlamentar pela Qualidade da Energia Elétrica em Goiás

Inicialmente cumpre esclarecer que o fornecimento de energia elétrica é caracterizado como um serviço público essencial, uma vez que proporciona à população o pleno desenvolvimento humano e torna possível a utilização da grande maioria dos bens de consumo domésticos. Nos ramos econômicos ligados à indústria, comércio, prestação de serviços e agricultura, dentre outros, a energia elétrica é um elemento determinante para o adequado desenvolvimento das atividades, constituindo-se como insumo indispensável, diante disso, necessária foi a criação da Frente Parlamentar pela Qualidade da Energia Elétrica em Goiás.

A qualidade de energia é um elemento fundamental na sociedade contemporânea, sendo essencial para o funcionamento adequado de uma ampla gama de dispositivos e sistemas. Tendo em vista a relevância do tema, a Frente Parlamentar pela Qualidade da Energia Elétrica em Goiás firmou o compromisso de acompanhar pessoalmente o processo de melhoria da qualidade do serviço prestado pela Equatorial.

Este relatório tem como propósito apresentar os resultados e avanços provenientes das atividades realizadas pela Frente Parlamentar pela Qualidade da Energia Elétrica em Goiás. Criada com o intuito de investigar as causas das recorrentes quedas de energia em todo o estado, a Frente busca cumprir a obrigação de emitir um relatório anual, conforme estabelecido no **art. 4º da Resolução N° 1.379, De 16 De Maio De 2012**.

Os trabalhos iniciaram em **23 de fevereiro de 2023**, onde foi realizado o **WORKSHOP OVERVIEW SOBRE O SETOR ELÉTRICO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA NO ESTADO DE GOIÁS**, visando a conhecer e acompanhar os serviços da nova concessionária de energia no Estado de Goiás.





Cumprir destacar que o workshop foi uma alternativa inicial e eficiente para, no primeiro momento, efetuar o levantamento dos problemas e encontrar soluções para a questão da distribuição elétrica de Goiás.

Neste mesmo workshop, foi apresentado pelo Grupo Equatorial Goiás, um plano de gestão, mencionando medidas para proporcionar maior qualidade no fornecimento de energia em Goiás. Ressaltaram ainda a importância da parceria entre a concessionária de energia e a Assembleia Legislativa, um passo crucial para resolução dos problemas enfrentados pela empresa.

Ao final, concluiu-se que o Workshop Overview representou um compromisso conjunto em encontrar soluções para os desafios no setor energético de Goiás, uma vez que é necessário assegurar uma distribuição de energia elétrica confiável e de alta qualidade para os goianos. Nesse sentido, a Frente Parlamentar pela Qualidade da Energia Elétrica em Goiás firmou o compromisso de acompanhar a distribuição de energia que está sendo objeto de execução da nova concessionária.

Conseqüentemente, no dia **31 de outubro de 2023**, foi realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA COM REPRESENTANTES DA EQUATORIAL ENERGIA**, buscando esclarecimentos e soluções sobre as quedas de energia que estão acontecendo no Estado de Goiás, além de que fossem apresentadas medidas efetivas para a resolução das constantes quedas de energia.

Participaram o deputado Gugu Nader, que solicitou tal audiência, Lineu Olímpio (MDB), presidente da Comissão de Minas e Energia, que juntaram forças para que o evento acontecesse e para que a Empresa apresentasse medidas efetivas.

Participaram também da audiência o presidente da Equatorial Energia, Lener Jayme, e os diretores de regulação e jurídico da empresa, Cristiano Logrado e José Silva Sobral Neto. Também estavam presentes no evento o presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), e o deputado Veter Martins (Patriota).





Então, na referida audiência, foi reiterada a importância de abordar de forma transparente e direta os desafios enfrentados pelos cidadãos goianos em relação à energia elétrica, enfatizado que a questão do fornecimento de energia elétrica não é um problema recente e não se limita apenas à atuação da Equatorial Energia, mas abrange todo o sistema de distribuição de energia em Goiás.

Sendo assim, destacou-se a necessidade de audiência técnica dentro de 90 dias para avaliar se houve melhorias efetivas no serviço prestado pela empresa. Nela, a equipe técnica da Equatorial deverá apresentar as medidas adotadas pela empresa nesse período.

Foi apresentado pelo presidente da Equatorial Energia, Sr. Lener Jayme, projeto ainda em andamento, enfatizando o compromisso da empresa com a reconstrução da rede de energia no Estado. Destacou naquele momento a responsabilidade da fornecedora em colaborar em todas as instâncias para resolver os desafios enfrentados pelo Estado.

Também foi apresentado em seguida um panorama dos desafios enfrentados pela empresa desde sua chegada ao Estado e destacou a complexidade da situação, incluindo a sobrecarga de transformadores e a falta de pontos de suprimento em algumas regiões. Além disso, foi apontada a necessidade de ampliação das linhas de transmissão e a importância de parcerias com o poder público federal para solucionar os problemas de conexão de energia em algumas áreas do Estado.

O preposto ainda ressaltou os investimentos realizados pela Equatorial Goiás para melhorar a qualidade do serviço, incluindo a construção de subestações, modernização da rede e programas de manutenção preventiva, além esclarecer também sobre o programa de reequilíbrio do sistema elétrico rural, que visa resolver problemas nas redes monofásicas e melhorar a qualidade do fornecimento de energia nas áreas rurais.





Muito embora o presidente da Equatorial tenha apresentado respostas, medidas e propostas, restou clara a insatisfação dos parlamentares face a posição da empresa, que os fizeram levantar novos questionamentos e apontamentos, como: a importância de a empresa assumir a responsabilidade pelos desafios enfrentados e a necessidade de prestar contas à população goiana, a falta de detalhes sobre investimentos imediatos, de médio e longo prazo, a importância de abordar questões pontuais que afetam diretamente a qualidade de vida da população, a necessidade de parcerias entre a empresa, as prefeituras e os deputados para lidar com problemas como a manutenção das redes elétricas e a poda de árvores e a infraestrutura de energia nas escolas do Estado.

Considerando a frustração pelas respostas da empresa, foram gerados mais apontamentos e questionamentos, como por exemplo, os motivos das constantes interrupções de energia elétrica e a falta de recursos efetivamente aplicados para resolver os problemas, sendo solicitado documentos que comprovem os investimentos realizados e um plano de ação claro para solucionar as questões enfrentadas pela população.

Foi enfatizada a importância de garantir um fornecimento de energia estável, especialmente em situações críticas, como cirurgias em hospitais e apontado os constantes problemas no fornecimento de energia, especialmente em relação à nova forma de distribuição, que deixa áreas sem energia enquanto outras continuam funcionando. Foi solicitado um prognóstico das redes de transmissão, buscando soluções de curto, médio e longo prazo, além da necessidade de planejamento de curto e longo prazo para resolver os problemas de energia em Goiás.

Foi feita ainda proposta para viabilizar um planejamento em conjunto com a Equatorial para resolver os problemas de fornecimento de energia e enfatizou a importância de resolver questões emergenciais, como o desligamento das chaves em situações de chuva, para evitar transtornos aos consumidores.





Deste modo, diante a insatisfação da explanação da empresa, o presidente da companhia Lener Jayme reforçou a transparência da empresa ao disponibilizar um planejamento detalhado de obras e investimentos até dezembro de 2024 e ressaltou que a Equatorial Goiás está empenhada em resolver os problemas relacionados à rede elétrica do Estado e está aberta à colaboração com os municípios.

Em relação aos questionamentos sobre a falta de energia, o presidente da Equatorial Goiás esclareceu que a empresa não nega a existência de problemas, mas que está comprometida em solucioná-los, destacando a importância da parceria com os municípios e mencionou mutirões que já foram realizados em várias localidades para melhorar o fornecimento de energia.

Quanto a questão da renovação de ativos, Lener Jayme apresentou dados que contradizem a afirmação de que não houve investimentos na infraestrutura da empresa. Ele mostrou que houve investimentos significativos na renovação de ativos e na melhoria da rede elétrica, assim enfatizou a importância de compreender que a empresa atual não tem responsabilidade pelos problemas do passado, mas está comprometida em reconstruir a infraestrutura elétrica do Estado. Ele destacou a necessidade de reconstruir 31% da base de ativos que se encontra em estado de sucateamento.

Lener Jayme também abordou a questão das equipes de trabalho, explicando que a empresa não retirou equipes de campo, mas sim realocou profissionais em diferentes regiões de acordo com as necessidades. Ele assegurou que a qualidade do serviço prestado é uma prioridade e que a Equatorial Goiás está comprometida em manter e melhorar o atendimento.

Destaca-se que a audiência pública em questão foi de extrema importância e relevância para o levantamento de questionamentos, discutir melhores formas de encontrar soluções para os desafios no setor energético afim de assegurar uma distribuição de energia elétrica confiável e de alta qualidade para os goianos.





No dia **13 de novembro de 2023**, foi realizado nas indústrias do **DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS (DAIA)**, na **Central de Informações da CODEGO (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás)**, em **Anápolis**, atendimento presencial da empresa Equatorial, onde foi solicitado esclarecimentos sobre as quedas de energia frequentes no município.

O evento buscou debater o desenvolvimento da infraestrutura para atrair novas indústrias e estabelecer soluções para uma energia de qualidade no Polo Industrial de Anápolis, assim, a concessionária Equatorial, destacou projetos de melhorias na distribuição de energia, como a ampliação da subestação do DAIA, mencionando um aumento de 25% na disponibilização de energia e capacidade de transferência entre as subestações, o que deve amenizar apagões no Distrito.

Relatou também que a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO), terá um papel crucial, sendo um meio de comunicação entre a concessionária de energia e as indústrias, além de disponibilizar atendimento presencial para as 150 indústrias do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).

Por fim, no dia **12 de dezembro de 2023** e de iniciativa da Frente Parlamentar pela Qualidade da Energia Elétrica em Goiás, foi realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE NORMAS DE SEGURANÇA EM SISTEMAS FOTOVOLTAICOS NO ESTADO DE GOIÁS**, buscando conhecer e debater a **NORMA TÉCNICA 44/23** de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM-GO), tendo o foco de identificar possíveis omissões no documento, bem como aperfeiçoá-lo. Na oportunidade, objetivava-se ainda esclarecer dúvidas quanto ao seu conteúdo, além de debater junto a sociedade civil e técnicos do setor.

Sabe-se que o sistema fotovoltaico é uma das fontes de energia renovável que mais vem crescendo na atualidade. As placas que compõe o conjunto absorvem os fótons da luz solar, que, ao atingir os átomos de silício do equipamento, provocam um deslocamento de elétrons que cria uma corrente elétrica. Essa energia passa então por





um inversor solar que converte a energia fotovoltaica em energia elétrica utilizável pelas residências.

Apesar dos inúmeros benefícios, o sistema fotovoltaico também pode oferecer alguns riscos se utilizado sem os devidos cuidados. A absorção dos fótons acaba gerando muito calor, podendo ocasionar incêndios caso as conexões elétricas não estejam devidamente instaladas. Foi com o objetivo de minimizar acidentes desse tipo que o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM-GO) criou a Norma Técnica 44/23.

Para discutir o assunto, foi organizada a Audiência Pública Sobre Normas de Segurança em Sistemas Fotovoltaicos no Estado de Goiás, que se iniciou com a fala do Tenente Coronel Rodrigo Ferreira, que trouxe à mesa os questionamentos que o referido sistema levanta quanto à sua segurança. Ressaltou ainda a importância de deixar a implementação do conjunto fotovoltaico nas mãos de profissionais, reforçando a importância da norma proposta pelos bombeiros.

O diretor institucional da Equatorial Energia Goiás Humberto Eustáquio manifestou-se dizendo que a empresa está se preparando para a implementação da norma e para fazer as adequações necessárias.

A advogada, especialista em Direito de Energia e vice-presidente da Comissão Especial de Direito de Energia da OAB/GO Thawane Larissa aduziu a necessidade de viabilizar um planejamento em conjunto com a Equatorial.

Para finalizar, o tenente coronel Rodrigo Ferreira afirmou que não havia norma atualizada sobre sistemas fotovoltaicos. A Norma Técnica 44/23 foi apresentada e regulamentada visando a trazer mais segurança aos edifícios que utilizam energia solar, seus frequentadores, aos profissionais que executam os serviços e também aos bombeiros, caso houver algum acidente. Destacou ainda que o documento pode sofrer alterações se o público em geral julgar necessário.





Essa audiência pública representou um compromisso conjunto em esclarecer a Norma Técnica 44/23 e encontrar medidas de segurança que proporcionem sistemas fotovoltaicos confiáveis e de alta qualidade para os goianos.

Dado a todo exposto, é importante ressaltar que o trabalho da Frente Parlamentar consistiu então em visitas técnicas, acompanhadas por parlamentares, assessores e entidades técnicas: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO), Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), bem como audiência e reuniões com parlamentares e entidades públicas e técnicas: Federação Goiana dos Municípios (FGM), Procon – Goiás, OAB/GO, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM-GO) e Equatorial, cobranças e fiscalizações com envio de ofícios e documentos com denúncias, e posicionamentos públicos.

Certamente, as atividades desta Frente Parlamentar não conseguem abranger totalmente a complexidade desses problemas em um curto espaço de tempo, e este relatório, por si só, não conseguirá concluir todas as análises, propostas e soluções necessárias diante dos fatos. Este trabalho representa o ponto de partida de uma jornada desafiadora, abordando uma parcela do problema que requer investigação e estudo contínuos para ser resolvido a longo prazo e minimizado no presente. Expressamos a esperança de que este relatório destaque a urgência de uma análise mais profunda do panorama energético do nosso estado, a fim de compreender as causas e reverter as frequentes interrupções de energia no Estado de Goiás.

Nada mais tendo a relatar, finalizamos o presente relatório.

AMILTON FILHO

Deputado Estadual



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310033003300390032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Amilton Filho** em 23/01/2024 17:56

Checksum: **72B2637BBF47D1CFEC0E098AF07B6691AE8C7E65FE0BE97EA575F72985D7BEE5**



Autenticar documento em <https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade> com o identificador 3100320033003300390032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme a Lei nº 20.033/2008 e a Lei nº 13.127/2016, de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.